

Edifício Orlando Fornari CNPJ: 01.676.018/0001-70

PROJETO DE LEI Nº 60 /2025

**DE 14 DE OUTUBRO DE 2025** 

"Institui o 'Programa Municipal de Combate

à Fome' através de doações de cestas

básicas de alimentos"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALZINHO, Estado de São

Paulo aprova e eu, SEBASTIÃO ZANARDI, Prefeito Municipal, sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica criado no Município de Pinhalzinho, o "Programa Municipal de

Combate à Fome", como uma ação de cidadania contra a fome e a condição de

miséria através da distribuição de cestas básicas de alimentos.

Parágrafo único. As doações serão de caráter espontâneo e poderão ser feitas

por pessoas físicas, jurídicas e prestadores de serviços mediante o cumprimento

dos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo, permitida a doação em

pecúnia, para a manutenção da padronização dos insumos a serem distribuídos.

**Art. 2°** O Programa será coordenado e administrado pelo Poder Executivo, que

fará o cadastramento das famílias carentes e dos doadores com o objetivo de

manter o banco de dados dos atendimentos, além do recebimento, do controle

e da distribuição.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas campanhas e eventos objetivando a

divulgação e a arrecadação das cestas básicas objeto desta Lei.

Art. 3° O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

1



## CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

Edifício Orlando Fornari CNPJ: 01.676.018/0001-70

Art. 4° Esta Lei entra em vigor 90 (sessenta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2025.

## Helber Henrique de Araújo Vereador

Nota: Publicada no diário Oficial do Município da data de



Edifício Orlando Fornari CNPJ: 01.676.018/0001-70

**JUSTIFICATIVA** 

A presente proposição visa trazer a Pinhalzinho exemplo do que

já ocorre em outros municípios brasileiros.

Este Projeto tem por finalidade viabilizar à população do

município de Pinhalzinho o acesso a níveis dignos de subsistência, nutrição e

segurança alimentar.

O programa será estruturado através de doações de cestas-

básicas por pessoas físicas e jurídicas. Serão aplicados exclusivamente em

programas e ações que visem cumprir com a finalidade do programa, que é a

proteção às famílias mais necessitadas conforme o melhor critério definido pelo

Órgão Público Municipal gerenciador.

Com isso, o Município adotará as estratégias já utilizadas e bem

empregadas, tanto a nível Federal e Estadual, como em outras cidades, como

forma de promoção da dignidade da pessoa humana.

São iniciativas simples como essa, contando com o apoio da

população, que pode vir a erradicar um dos maiores problemas que assola o

país, que é a falta de alimento aos mais necessitados.

Sendo assim, inexistente qualquer vício que possa prejudicar o

presente Projeto de Lei, espera-se que seja aprovado pelos nobres Edis.

Helber Henrique de Araújo Vereador

3